



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10840.004064/95-02
Recurso nº. : 13.051
Matéria : IRPF – EX.: 1995
Recorrente : VALTER DE ALMEIDA JÚNIOR
Recorrida : DRJ em RIBEIRÃO PRETO - SP
Sessão de : 04 DE JUNHO DE 1998
Acórdão nº. : 102-43.104

IRPF - INTEMPESTIVIDADE RECURSAL - Não se conhece de recurso voluntário apresentado em prazo superior a trinta dias contados da ciência da decisão de primeira instância.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por VALTER DE ALMEIDA JÚNIOR.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DE FREITAS DUTRA
PRESIDENTE

CLÁUDIA BRITO LEAL IVO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 25 SET 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros URSULA HANSEN, VALMIR SANDRI, JOSÉ CLÓVIS ALVES, MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI. Ausente, justificadamente, a Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10840.004064/95-02
Acórdão nº. : 102-43.104
Recurso nº. : 13.051
Recorrente : VALTER DE ALMEIDA JÚNIOR

R E L A T Ó R I O

VALTER DE ALMEIDA JÚNIOR, nos autos qualificado, recorre de decisão de fls.19 a 22 prolatada pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP que julgou procedente ação fiscal, que apurou saldo de imposto de renda a pagar de 1.676,74 UFIR, referente ao ano calendário 1994, exercício 1995.

O referido lançamento decorre da alteração dos valores informados a título de rendimentos recebidos de pessoa jurídica de 22.080,29 UFIR para 31.752,29 UFIR, bem como de rendimentos isentos e não tributáveis de 10.113,36 UFIR para 449,36 UFIR, pela revisão da declaração de rendimentos.

Impugnado o lançamento, alega o contribuinte tratarem-se de verbas indenizatórias não tributáveis, decorrentes do pagamento de licença-prêmio não usufruída por absoluta necessidade de serviço.

Decidiu a autoridade monocrática julgadora pela manutenção do lançamento de fl.04, consubstanciando seu entendimento na seguinte ementa:

“FÉRIAS NÃO GOZADAS – A parcela recebida a título ou em decorrência de férias ou de licença-prêmio, é considerada do trabalho assalariado e comporá a base de cálculo do imposto de renda.”

Intimado em 05 de fevereiro de 1997 da referida decisão, interpôs o



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10840.004064/95-02
Acórdão nº. : 102-43.104

contribuinte, recurso voluntário em 11 de março de 1997, reiterando os argumentos constantes na impugnatórios.

Às fls. 32 e 33, contra-razões da Procuradoria da Fazenda Nacional entendendo pela manutenção da decisão recorrida.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10840.004064/95-02
Acórdão nº. : 102-43.104

V O T O

Conselheira CLÁUDIA BRITO LEAL IVO, Relatora

Não se conhece do recurso por intempestividade recursal.

Versa o presente recurso sobre a tributação de valores recebidos à título do pagamento de licença prêmio indenizada, referente ao ano calendário de 1994, exercício de 1995.

O recurso voluntário segundo o Processo Administrativo-Fiscal (art. 33, do Decreto 70.235 de 6 de março de 1972), deve ser apresentado no prazo de trinta dias, contados da data em que teve ciência da decisão de primeira instância.

“Art. 33 - Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão.”

Dispõe o art. 82 do Código Civil, aplicável subsidiariamente ao Processo Administrativo Fiscal, que:

“Art.82. A validade do ato jurídico requer agente capaz (art.145,I), objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei (arts.129, 130 e 145).”

Neste contexto, entende-se que a intempestividade do recurso voluntário, por não obedecer a forma prescrita em lei, implica em sua invalidação para efeito de contestação da decisão de primeira instância, no processo administrativo fiscal.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10840.004064/95-02
Acórdão nº. : 102-43.104

Dessa forma, face a notória intempestividade do recurso apresentado, baseado no Aviso de Recebimento - AR, fl.25, cujo o prazo de apresentação finalizou-se em 07/03/97, sexta-feira, somente tendo sido apresentado em 11/03/97, terça-feira, fl.27, em prazo superior ao estabelecido o art.33 do Decreto 70.234 de 6 de março de 1972, de trinta dias da ciência da decisão de primeira instância em 05/02/97, terça-feira, entende-se por não conhecer do mesmo.

Isto posto, e com tal fundamento, voto por não conhecer do recurso por intempestividade recursal.

Sala das Sessões - DF, em 04 de junho de 1998.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cláudia Brito Leal Ivo".
CLÁUDIA BRITO LEAL IVO